



# Anamatra e OIT renovam acordo de cooperação por tempo indeterminado



Organização  
Internacional  
do Trabalho



ANAMATRA

A Anamatra e a Organização Internacional do Trabalho (OIT) renovaram, por tempo indeterminado, acordo de cooperação com o objetivo de estabelecer relações de cooperação e informação sobre matérias atinentes às normas internacionais do trabalho. O termo prevê ações conjuntas para promoção de iniciativas que efetivem uma agenda de trabalho decente para homens e mulheres, através do fortalecimento do diálogo social e do respeito aos princípios e direitos fundamentais no trabalho.

O protocolo foi assinado pelo presidente da Anamatra, Renato Henry Sant'Anna, e pela diretora do departamento de normas da OIT, Cleopatra Doumbia-Henry, que esteve no Brasil participando de evento no Tribunal Superior do Trabalho (TST), apoiado pela Anamatra. "Estou convencido de que a magistratura do Trabalho precisa estar cada vez mais comprometida com as normas internacionais do trabalho", disse o presidente.

A parceria entre as duas entidades, firmada primeiramente em agosto de 2010, já trouxe vários resultados concretos, entre eles a publicação da Cartilha do Direito Internacional do Trabalho em português, inglês, francês e espanhol. Em quadrinhos, a publicação objetiva divulgar os direitos internacionais do trabalho, particularmente as Convenções Fundamentais da OIT, com a expectativa de contribuir para a efetivação dos direitos e garantias fundamentais das pessoas e para o fortalecimento da justiça social.

Também como resultado do protocolo, a Anamatra traduziu, em parceria com a Associação Latino-Americana dos Juizes do Trabalho (ALJT), a publicação do Centro Internacional de Formação da OIT "Direito Internacional do Trabalho e Direito Interno: Manual de Formação para Juizes, Juristas e Docentes em Direito". O livro foi enviado a todos os associados da entidade.

## Eventos

A Anamatra também esteve presente na 100ª Conferência Internacional da OIT, em 2011 em Genebra, por meio do secretário-geral da Anamatra, Fabrício Nogueira, que acompanhou debates, que culminaram na aprovação histórica de normas laborais internacionais destinadas a melhorar as condições de vida de dezenas de milhões de trabalhadoras e trabalhadores domésticos no mundo.

Outra iniciativa da agenda internacional da Anamatra foi a realização do Seminário Aids e Trabalho – um ano da Recomendação 200 da OIT, promovido em Curitiba no ano passado. O evento possibilitou a diversos atores sociais debater a problemática da discriminação do trabalhador portador do HIV/AIDS. A norma, adotada em 2009, propugna pela ideia de que a inexistência de prevenção, tratamento adequado e proteção dos trabalhadores enfermos acarreta retrocesso econômico e social. *A*

**EXPEDIENTE**

**PRESIDENTE:** Renato Henry Sant'Anna  
(Amatra 15/Campinas e Região)

**VICE-PRESIDENTE:** Paulo Luiz Schmidt  
(Amatra 4/RS)

**SECRETÁRIO-GERAL:** Fabrício Nicolau dos Santos Nogueira (Amatra 9/PR)

**DIRETOR ADMINISTRATIVO:** João Bosco de Barcelos Coura (Amatra 3/MG)

**DIRETOR FINANCEIRO:** Gilberto Augusto Leitão Martins (Amatra 10/DF e TO)

**DIRETORA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL:** Cléa Maria Carvalho do Couto (Amatra 1/RJ)

**DIRETOR DE PRERROGATIVAS E ASSUNTOS JURÍDICOS:** Vitor Leandro Yamada (Amatra 14/RO)

**DIRETOR DE ASSUNTOS LEGISLATIVOS:** Germano Silveira de Siqueira (Amatra 7/CE)

**DIRETOR DE FORMAÇÃO E CULTURA:** Narbal Antônio de Mendonça Fileti (Amatra 12/SC)

**DIRETOR DE EVENTOS E CONVÊNIO:** André Machado Calvancanti (Amatra 13/PB)

**DIRETOR DE INFORMÁTICA:** Valter Souza Pugliesi (Amatra 19/AL)

**DIRETORA DE APOSENTADOS:** Terezinha Célia Kineipp Oliveira (Amatra 10/DF e TO)

**DIRETOR DE CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS:** Sandra Miguel Abou Assali Bertelli (Amatra 2/SP)

**CONSELHO FISCAL:** Viviane Maria Leite de Faria (Amatra 5/Bahia), Luciana Paula Conforti (Amatra 6/Pernambuco), Leonardo Ely (Amatra 24/Mato Grosso do Sul); **SUPLENTE:** Adib Pereira Netto Salim (Amatra 17/Espírito Santo)

**CORRESPONDÊNCIAS:**  
SHS Qd 06 Bl E Conj A Salas 602/608  
Brasília/DF CEP: 70316-000  
NA INTERNET: [www.anamatra.org.br](http://www.anamatra.org.br)  
CONTATO: (61) 3322.0266 / 3321.7388  
[imprensa@anamatra.org.br](mailto:imprensa@anamatra.org.br)

**REDAÇÃO, EDIÇÃO E JORNALISTAS RESPONSÁVEIS:** Mariana Monteiro (7859/DF) e Viviane Dias (22651/RJ)

**MARKETING:** Adriana Zetula

**DIAGRAMAÇÃO:** Clarissa Teixeira e Luísa Bravo (61) 3244-0084

## Carta ao associado

Caros (as) colegas,



A Anamatra realizou, juntamente com a Amatra 13, de 01 a 04 de maio deste ano, na aprazível e ensolarada João Pessoa (PB), o XVI Congresso Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Conamat), maior evento científico da entidade, que contou com mais de 800 congressistas.

Procurando enfatizar a figura do juiz, sua carreira e seu papel na nova sociedade, o evento teve como tema central "Uma Nova Sociedade. Um Novo Juiz do Trabalho". A partir desse centralismo do juiz, sem olvidar, todavia, assuntos caros à sociedade, ao Direito do Trabalho e ao Processo do Trabalho, foram estabelecidos cinco subtemas: novas configurações sociais e a efetividade da atividade judicial, métodos de solução dos conflitos trabalhistas, reconfiguração do processo do trabalho e a valorização sistêmica das decisões do juiz originário, aprimoramento da estrutura da Justiça do Trabalho e da carreira judicial e administração da atividade judicante e a saúde do magistrado.

A abertura do congresso contou com a importante presença do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Carlos Ayres Brito, e do presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), ministro João Oreste Dalazen.

Para os estudos e debates, em conferências e painéis, foram recebidos em João Pessoa conferencistas e palestrantes de renomes nacional e internacional, das áreas jurídica, médica, psicológica e motivacional.

Após as conferências e os painéis, as teses enviadas pelos juizes do Trabalho e pelas Amatras, que inicialmente passaram pelo crivo da comissão científica, foram discutidas e votadas nas comissões temáticas. Na Assembleia Geral Ordinária, realizada já no final do conclave, foram aprovadas 74 teses, que tratam da valorização e da dignidade da magistratura do Trabalho, do aperfeiçoamento da administração e da democracia judiciárias e também do papel do juiz no combate à corrupção, entre outras.

Também na Assembleia Geral foi aprovada a Carta de João Pessoa, que resume a atual posição da Anamatra sobre diversos assuntos que dizem respeito à magistratura, ao Poder Judiciário e à sociedade brasileira. O Congresso foi encerrado com um belíssimo show da cantora paraibana Elba Ramalho.

Em nome da Diretoria da Anamatra, agradeço a todos aqueles que possibilitaram a realização de um grande evento, especialmente à Amatra 13, ao Conselho de Representantes, às comissões organizadora e científica e aos empregados de nossa entidade nacional.

Esta edição do Jornal da Anamatra, referente ao mês de maio, traz um encarte especial com a sinopse de todo o Congresso, que, creio, foi um sucesso. Agora é esperar a 17ª edição do Conamat, a se realizar em 2014 na bela Gramado (RS).

Destaco, ainda, uma importante notícia para a Anamatra e para os juizes do Trabalho do Brasil. A Associação e a Organização Internacional do Trabalho (OIT) renovaram, sem determinação de prazo, acordo de cooperação que visa a estabelecer relações de cooperação e informação sobre matérias atinentes às normas internacionais do trabalho. O termo prevê ações conjuntas para a promoção de iniciativas que efetivem uma agenda de trabalho decente para homens e mulheres, por meio do fortalecimento do diálogo social e do respeito aos princípios e aos direitos fundamentais sociais. A parceria Anamatra-OIT, firmada inicialmente em agosto de 2010, já rendeu resultados. Destaco: a Cartilha de Direito Internacional do Trabalho em português, inglês, francês espanhol, revista em quadrinhos que divulga os direitos internacionais do trabalho, e a tradução, em parceria com a Associação Latino-Americana de Juizes (ALJT), do "Manual de Formação para Juizes, Juristas e Docentes em Direito", publicação do Centro Internacional de Formação da OIT, livro que foi encaminhado a todos os associados de nossa entidade.

Forte abraço e boa leitura!

**Narbal Antônio de Mendonça Fileti**  
Diretor de Formação e Cultura

# Associações de magistrados ingressam no STF com manifestação contra a proposta de edição da Súmula Vinculante nº 71

A Anamatra protocolou no Supremo Tribunal Federal (STF) manifestação contrária à proposta de Súmula Vinculante nº 71. De autoria do ministro Gilmar Mendes, a proposição pretende restringir a concessão de vantagens aos magistrados não previstas na Lei Orgânica da Magistratura (Loman). A Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) e a Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe) também são signatária do documento, protocolado na tarde do dia 15.

No pedido as associações lembram que há no próprio STF precedente reconhecendo a alteração do parâmetro constitucional sobre o regime remuneratório da magistratura (ADI 2648). Também ressaltam que o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) passou a editar resoluções no vazio legal, aplicando subsidiariamente o Estatuto do Servidor Público e/ou o Estatuto do Ministério Público, a exemplo da edição da Resolução nº 133/2011, que reconheceu aos juizes as mesmas vantagens e

benefícios garantidos a membros do Ministério Público.

As associações ressaltam que próprio Supremo Tribunal Federal tem assinalado que, havendo o vazio legislativo, aplicam-se subsidiariamente normas de outras categorias compatíveis com a magistratura. “É exatamente isso que tem feito o Conselho Nacional de Justiça, razão pela qual não se mostra possível a edição da súmula vinculante proposta”, alertam as associações.

Para as três entidades é necessário interpretar a Loman à luz da Constituição Federal, que prevê garantias como vitaliciedade, inamovibilidade e irredutibilidade de vencimentos. “Evidencia-se necessário e isonômico reconhecer aos magistrados os mesmos direitos concedidos ordinariamente a todos os trabalhadores como, por exemplo, o décimo terceiro salário, o adicional de férias, a licença-maternidade e a licença-paternidade”, completam as associações. *A*

## Anamatra defende no STF banimento do amianto

O juiz Rossifran Souza (Amatra 10/DF e TO) representou a Anamatra na noite do dia 18 em audiência com o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Carlos Ayres Britto. Juntamente com representantes da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), da Associação Brasileira dos Expostos ao Amianto (Abrea), da Central Única dos Trabalhadores (CUT), além dos advogados das entidades, o grupo discutiu ações ajuizadas na Suprema Corte que pedem o banimento do amianto no Brasil.

A Anamatra em parceria com a ANPT é autora da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4066, que pede a revogação do artigo 2º da Lei Federal 9.055/95. Para as entidades, o referido dispositivo viola a Constituição Federal ao permitir a exploração comercial e industrial do amianto branco (crisotila), cuja lesividade à saúde humana, mesmo em parâmetros controlados, é notoriamente constatada por estudos científicos. “A



Foto: Arquivo Anamatra

luta é em prol da dignidade do trabalhador. Não existe nível seguro de exposição ao amianto, que é cancerígeno”, esclareceu o juiz Rossifran Souza.

A ADI 4066 está sob a relatoria do ministro Ayres Britto, assim como a ADI 3357, ajuizada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), que questiona a Lei Estadual nº 11.643, que proibiu a produção e a comercialização de produtos à base de amianto no Rio Grande do Sul. Tramita ainda no STF a ADI 3930, também da CNTI, que questiona a Lei paulista 12.684/07, que proíbe o uso,

no Estado de São Paulo, de produtos, materiais ou artefatos que contenham qualquer tipo de amianto ou asbesto ou outros minerais que, acidentalmente, tenham fibras de amianto na sua composição. A ação está sob a relatoria do ministro Marco Aurélio.

O Brasil é o terceiro produtor de amianto no mundo, com mais de 300 mil toneladas da fibra extraídas anualmente, ficando atrás apenas da China e da Rússia. Além de São Paulo e do Rio Grande do Sul, também já proibiram o uso do amianto Mato Grosso, Rio de Janeiro e Pernambuco. *A*

# Anamatra nas redes sociais



A **Anamatra** está nas mídias sociais para se aproximar de você, **associado**, que faz da nossa entidade uma instituição que cuida das prerrogativas dos magistrados trabalhistas sem esquecer das lutas por uma sociedade melhor e mais justa para todos.

Acesse nossos canais de comunicação e saiba o que a Anamatra tem feito pelo juiz do Trabalho e pelo cidadão brasileiro.

[www.anamatra.org.br](http://www.anamatra.org.br)  
[www.facebook.com/anamatra](http://www.facebook.com/anamatra)  
[www.twitter.com/anamatra](http://www.twitter.com/anamatra)  
[www.youtube.com/tvanamatra](http://www.youtube.com/tvanamatra)  
[www.flickr.com/photos/anamatra](http://www.flickr.com/photos/anamatra)



# Anamatra reafirma defesa do Conselho Nacional de Justiça (CNJ)

A Anamatra manifestou-se a respeito de matérias divulgadas no dia 8, afirmando que o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) dará prioridade a investigações contra juízes suspeitos e que o órgão teria sido alvo de ataques de associações da magistratura na gestão passada. A Anamatra reafirmou que nunca atacou a atuação, tampouco a existência do Conselho.

“Pelo contrário, fomos a única associação de âmbito nacional a defender publicamente a criação do CNJ e a sua importância como instrumento de democratização e transparência do Judiciário, quando do julgamento de ação que questionava sua constitucionalidade em 2005”, enfatizou o presidente da Anamatra, Renato Henry Sant’Anna, referindo-se à Ação Direta

de Inconstitucionalidade (ADI) nº 3367.

A Anamatra lembra que, no âmbito do CNJ, combateu as ações midiáticas e a violação do sigilo fiscal indiscriminado, ou seja, sem fato determinado e sem a observância do devido processo. A atuação da entidade sempre foi pontual no sentido de proteger o direito individual da pessoa e os princípios do Estado Democrático de Direito.

“Defendemos que os juízes, assim como quaisquer outros agentes públicos que se desviem, sejam exemplarmente punidos na forma que a lei determina. Se há um déficit nos julgamentos disciplinares, cabe ao próprio órgão estabelecer as suas prioridades no campo correccional”, destaca o vice-presidente da Anamatra, Paulo Schmidt. “Entretanto,

como a atividade censória é apenas uma entre tantas competências do CNJ, temos certeza que o órgão dará atenção especial, também, ao déficit de defesa da carreira da magistratura, que não tem merecido a atenção devida, especialmente dos demais Poderes da República”.

Por fim, a entidade representativa da magistratura trabalhista esclarece que não tem dúvidas quanto à atuação do ministro Carlos Ayres Britto à frente do CNJ e também do Supremo Tribunal Federal. “Temos convicção que o ministro Ayres Britto estabelecerá diálogo de alto nível com os demais Poderes, de forma a produzir os resultados que têm sido, sistematicamente, frustrados para o conjunto dos magistrados”, finaliza o presidente da Anamatra. 

## LEGISLATIVO

# Comissão da Câmara aprova reajuste dos subsídios dos ministros do STF

A Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados aprovou na manhã do dia 9 o parecer do relator, deputado Roberto Santiago (PV-SP), ao Projeto de Lei nº 7749/2010, que recompõe os subsídios dos ministros do Supremo Tribunal Federal. A proposta segue agora para apreciação da Comissão de Finanças e Tributação.

Durante a sessão, Roberto Santiago ressaltou que os magistrados estão apenas reivindicando a reposição da correção salarial. “A negociação um dia tem de ter fim. A comparação não pode ser esdrúxula com o salário mínimo, que preci-

sa ser alavancado”, alertou. Em seu relatório, o parlamentar lembrou que a proposta reveste-se de mérito, porque de fato a remuneração dos magistrados encontra-se defasada, tendo em vista que os valores atualmente praticados ainda se reportam a janeiro de 2009, última ocasião em que sofreram modificações, mesmo assim sem a reposição total das perdas inflacionárias.

O relatório de Santiago prevê mudanças ao texto original, entre elas a retirada de dispositivo de artigo do projeto que previa o reajuste anual do subsídio sem necessidade do crivo Legislativo. Outra mudança

é relativa à adequação dos efeitos financeiros do projeto à Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Para o presidente da Anamatra, Renato Henry Sant’Anna, os magistrados esperam que o trâmite da matéria ganhe mais celeridade, em especial com a nova gestão do Supremo Tribunal Federal. “O que os juízes querem é apenas o cumprimento da Constituição Federal no que tange à recomposição do poder de compra dos vencimentos, como é direito de todo trabalhador brasileiro.” O magistrado ressaltou, porém, que trata-se apenas de uma recomposição parcial, já que as perdas superam 30%. 

# Diretora da Anamatra defende educação como solução para erradicar trabalho infantil

A diretora de Cidadania e Direitos Humanos da Anamatra, Sandra Bertelli, participou de audiência pública no dia 8 na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados (Ctas) para debater o tema: “A erradicação do trabalho infantil: questão de honra para o trabalho decente”. “Uma das formas mais perversas e mais cruéis da exploração dos direitos humanos é o trabalho infantil, executado por aqueles que ainda não atingiram a idade mínima legal permitida para o trabalho”, afirmou Sandra.

Em sua explanação, a juíza destacou que crianças e adolescentes que ingressam precocemente no mundo do trabalho têm seu desenvolvimento comprometido, sujeitos a influências que podem afetar a formação de seu caráter, além de ficarem mais vulneráveis a acidentes de trabalho. Sandra listou nove motivos pelos quais a criança não deve trabalhar, de acordo com a convenção 182 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). As razões dizem respeito às peculiaridades do corpo humano, que nesta fase ainda não está completamente formado.

Para erradicar o trabalho infantil, segundo a representante da Anamatra, a solução é a educação. “É por meio da educação, básica, gratuita e universal, do investimento nos pilares fundamentais deste eficaz instrumento de inserção social e efetivação da cidadania”, explicou. “É o investimento no ser humano, no cidadão, desde os primeiros passos de seu desenvolvimento”, completou.

## TJC

Sandra Bertelli também aproveitou a oportunidade para falar do Programa Trabalho, Justiça e Cidadania (TJC), iniciativa da Anamatra desenvolvida pelas Amatras nas 5 Regiões do país, e que leva noções de direitos básicos e do Trabalho a crianças, jovens e adultos nas escolas públicas brasileiras. “A partir da divulgação dos direitos garantidos pela Constituição, promovemos a qualificação do cidadão por meio da aproximação entre o Poder Judiciário e a sociedade”, contou.

“A Anamatra vem atuando diuturnamente no combate ao trabalho infantil. Isso porque os juízes do Trabalho têm absoluta consciência de que a inserção antecipada da criança e do adolescente no mercado de trabalho, desde aquele realizado em minas, carvoarias, no campo, até aquele desenvolvido no comércio, no ambiente doméstico, no meio artístico, somente trará mais exploração e segregação social”, frisou Sandra.

Para finalizar, a juíza fez um convite à reflexão. “De nossa história, marcada pelo passado escravista e colonialista, devemos extrair uma autocrítica, destinada ao enfrentamento da raiz de nossos problemas. Somente poderemos nos projetar como país em pleno desenvolvimento, como democracia consolidada, se nos ocuparmos de nossas crianças e jovens, retirando essas gerações das ruas e mandando-lhes de volta aos bancos escolares”. *AB*

Foto: Arquivo Anamatra



*“Uma das formas mais perversas e mais cruéis da exploração dos direitos humanos é o trabalho infantil”*

Sandra Bertelli

# Senador Paulo Paim destaca papel da Anamatra em defesa da responsabilidade social

O senador Paulo Paim (PT-RS) agradeceu na tarde do dia 7 no Plenário do Senado Federal o convite feito para ser um dos painelistas do 16º Congresso Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Conamat), evento promovido pela Anamatra dos dias 1º a 4 de maio em João Pessoa (PB). O parlamentar participou do painel “A função jurisdicional na criação do Direito” juntamente com o ministro do Tribunal Superior do Trabalho Maurício Godinho e o advogado Luiz Guilherme Marinoni. *(Leia mais no encarte).*

“Acredito, senhores e senhoras, que aquele congresso avançou muito nas reflexões sobre o papel do Poder Judiciário e do magistrado do Trabalho na realidade social brasileira”, destacou o senador. Para Paim, o evento fez importantes reflexões sobre o campo do trabalho e as suas contradições. “Buscamos ali prováveis saídas políticas e jurídicas que poderão elevar os padrões de vida do trabalhador no Brasil e, por que não dizer, aqui no Mercosul”, disse.

O senador também lembrou a necessidade de políticas humanitárias e de uma maior responsabilidade social para combater o que denominou de “capitalismo selvagem”. “Para ajudar a reverter esse quadro, a Justiça do Trabalho cumpre um papel fundamental. Eu poderia lembrar, aqui, que quase três milhões de ações por ano são julgadas – 2,5 milhões, mais ou menos. Acredito, disse lá e digo aqui, po-

dem crer, que a Anamatra prima pela tão sonhada responsabilidade social para garantir que os brasileiros possam viver e envelhecer com dignidade”.

## PEC nº 3

Paulo Paim manifestou sua preocupação com a Proposta de Emenda à Constituição nº 3/2011, já aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). “Já disse que lamentei a aprovação dessa PEC, que pretende anular os atos emanados do Judiciário. Considero isso antidemocrático, um desrespeito à Constituição e uma demonstração de força daqueles que querem estar acima do Judiciário e, por que não dizer, acima do Supremo Tribunal Federal”.

A proposta legislativa também foi objeto de nota pública, divulgada pela Anamatra no encerramento do 16º Conamat. No texto, a entidade afirma que a proposta “politicamente tem a real e verdadeira intenção de cassar decisões judiciais que desagradem segmentos políticos-hegemônicos contrariados em seus interesses econômicos, filosóficos, religiosos ou tendências morais apoiadas no Poder Legislativo (como noticiado pela imprensa), e representaria, ao fim e ao cabo, dura e inadmissível quebra dos valores democráticos tão caros à sociedade, bem como do próprio sistema de tripartição de Poder e autonomia do Judiciário, com ferimento ao próprio regime de liberdades.” *A*



***“Acredito, que aquele congresso (Conamat) avançou muito nas reflexões sobre o papel do Poder Judiciário e do magistrado do Trabalho na realidade social brasileira”***

Senador Paulo Paim

# Anamatra acompanha instalação da Comissão Especial que vai analisar PEC 5/2011

Foto: Arquivo Anamatra



O presidente da Anamatra, Renato Henry Sant'Anna, o vice-presidente, Paulo Schmidt, e o diretor de Assuntos Legislativos, Germano Siqueira, acompanharam na tarde do dia 16 na Câmara dos Deputados a instalação da Comissão Especial destinada a apreciar e proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição (PEC 5/2011).

De autoria do deputado Nelson Marquezelli (PTB-SP), a proposta estabelece que os subsídios do presidente e

vice-presidente da República, ministros de Estado, senadores e deputados federais são idênticos aos dos ministros do Supremo Tribunal Federal. Os deputados terão o prazo de 10 sessões ordinárias para apresentar emendas à proposta.

Entre os componentes titulares da Comissão está o deputado João Dado (PDT-SP), na foto com o deputado Marquezelli e os dirigentes da Anamatra. *At*

## Comissão da Câmara aprova projeto que reduz para cinco dias prazo de remoção do juiz titular

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados aprovou na do dia 22, por unanimidade, o relatório do deputado Vieira da Cunha (PDT-RS) ao Projeto de Lei (PL) nº 6366/2009, que tem como objetivo acelerar o processo de remoção de juiz titular no âmbito da Justiça do Trabalho. O texto do anteprojeto, apresentado pelo deputado Paes Landim (PTB-PI), é de autoria da Anamatra.

Em seu relatório, Vieira da Cunha afirma que o prazo de quinze dias previsto na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) retarda o processo de remoção

dos juízes titulares e a promoção dos juízes substitutos. Pelo projeto, o novo prazo seria de cinco dias. "A iniciativa é oportuna e conveniente. A lei projetada irá adequar a legislação ordinária ao texto constitucional e atualizar o prazo legal, conferindo maior celeridade ao processo de remoção e promoção e a aceleração da prestação jurisdicional no âmbito da Justiça Laboral".

Para o diretor de Assuntos Legislativos da Anamatra, Germano Siqueira, a proposta trará mais dinâmica para a movimentação da carreira. "É importante registrar que atualmente, por

conta da aprovação de projetos de cargos de juízes, tem crescido bastante o número de remoções", disse.

Atualmente, a CLT prevê o prazo de quinze dias para a remoção dos juízes titulares e promoção de juízes substitutos, sendo que a abertura do processo de promoção só pode ocorrer após as remoções, a partir da vacância da titularidade da unidade judiciária. Ou seja, somente após o término das remoções e não havendo manifestação dos juízes titulares pela remoção é possível abrir o processo de promoção de juiz substituto. *At*



# Câmara aprova PEC do Trabalho Escravo

O dia 22 de maio fica marcado para a Anamatra como uma vitória: foi dado mais um passo rumo à erradicação do trabalho escravo no Brasil. Nessa data, o plenário da Câmara dos Deputados aprovou a PEC 438/conhecida com PEC do Trabalho Escravo. A proposta permite a expropriação de imóveis rurais e urbanos onde a fiscalização encontrar exploração de trabalho escravo, destinando-os à reforma agrária e a programas de habitação popular.

Na votação por partido, apenas o PTB manifestou-se contrariamente ao texto por meio do líder, deputado Nelson Marquezelli (SP). Na votação nominal, a PEC recebeu 360 votos a favor, 29 contrários e 25 abstenções. Ao final da sessão, os parlamentares comemoraram a aprovação da proposta, cantando o Hino Nacional.

A luta pela erradicação do trabalho escravo é bandeira histórica da Anamatra, que sempre apoiou a PEC, tendo participado de congressos, en-

contros, audiências, debates e eventos sobre o tema. Para os juizes do Trabalho, o trabalho escravo é um tema muito caro, que chega a gerar constrangimento para o Brasil perante as demais nações.

“A proposta é fundamental para resgatar a dignidade no mundo do trabalho e para acabar de vez com essa vergonha que é o trabalho escravo contemporâneo”, afirma Germano Siqueira. “Mas, tão importante quanto à PEC do Trabalho Escravo, é conferir à Justiça do Trabalho a competência penal em relação à exploração da prática”, disse, ao se referir à PEC 327/2009.

O presidente da Anamatra, Renato Henry Sant’Anna, também comemorou a aprovação da PEC. “A adoção de políticas contrárias à exploração do trabalho humano, o que inclui a perda da propriedade utilizada indevidamente, devem ser pontos prioritários de um governo que se considere progressista e democrático”, destacou.

O magistrado lembrou também que a proposta vai ao encontro dos princípios constitucionais e das normas internacionais do trabalho. “A proposta é compatível com os princípios da dignidade da pessoa humana e dos valores sociais do trabalho”, completou.

Diversos parlamentares, inclusive da oposição, manifestaram-se contra o trabalho escravo, a exemplo do deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP), líder do governo. “O trabalho escravo é tudo aquilo que uma sociedade civilizada condena. O crime tem de ser combatido com toda força”, ressaltou. Chinaglia ressaltou que a Constituição já garante o trânsito em julgado e a ampla defesa e, portanto, ninguém perderá a terra por arbítrio dos fiscais do trabalho. Falando pelo PSDB, o líder deputado Bruno Araújo (PSDB-PE) ressaltou: “A proposta dá uma demonstração pra nós mesmos e para o mundo da compreensão da atividade produtiva no campo e na cidade”. *A*

Foto: Saulo Cruz / Câmara dos Deputados





# Anamatra debate tema

*O mês de maio foi marcado por diversos eventos que a Anamatra marcou presença nos debates em audiências públicas e tal. Renato Henry Sant'Anna, defendeu que seja conferida competência penal da Justiça do Trabalho*

## CPI do Trabalho Escravo: Presidente da Anamatra defende competência penal da Justiça do Trabalho

O presidente da Anamatra, Renato Henry Sant'Anna, participou na tarde do dia 16 da reunião ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) destinada a investigar a exploração do trabalho análogo ao de escravo em atividades rurais e urbanas em todo o território nacional. Os trabalhos foram conduzidos pelo presidente da Comissão, deputado Cláudio Puty (PT/PA), e pelo relator, deputado Walter Feldman (PSDB/SP). O vice-presidente da Anamatra, Paulo Schmidt, e o diretor de Assuntos Legislativos, Germano Siqueira, também acompanharam a reunião.

Sant'Anna iniciou sua intervenção falando que o primeiro e grande desafio deve ser acreditar que o trabalho escravo é uma realidade no Brasil. "O trabalho escravo existe sim e se não aceitarmos isso não há CPI que vá dar conta do problema", disse. O magistrado ilustrou a realidade com dados do Ministério do Trabalho e Emprego, que revelam que desde 1994 foram libertados mais de 42 mil trabalhadores nessa situação.

O magistrado também falou da preocupação da Anamatra com a punição do trabalho escravo na esfera penal problema que, segundo ele, poderia ser sanado com a aprovação da PEC 327/2009. A proposta confere à Justiça do Trabalho a competência penal, especialmente em relação aos crimes contra a organização do Trabalho, aos decorrentes das relações de trabalho, sindicais ou do exercício do direito de greve, à redução do trabalhador à con-



Foto: Arquivo Anamatra

dição análoga a de escravo, aos crimes praticados contra a administração da Justiça do Trabalho e a outros delitos que envolvam o trabalho humano.

"Não é por falta de esforço dos juízes federais, mas a verdade é que a punição no campo penal não caminha como gostaríamos", ponderou. Para o magistrado, há um receio da classe rural com essa possível mudança, pois os casos seriam apreciados por juízes com mais experiência nas questões do trabalho. "Longe de trazer um rigor excessivo, os juízes do Trabalho seriam mais aptos a cuidar e entender se aquela condição merece ou não uma punição penal", disse.

Renato Sant'Anna lembrou ainda da PEC 438/2001, que segundo ele é um caminho para enfrentar o trabalho escravo. Para o magistrado, a proposta não gera insegurança jurídica.

"A própria Constituição Federal estabelece que a propriedade privada deve ser respeitada, desde que cumpra o seu papel social. Não há forma mais clara de não cumprir esse papel do que explorar o trabalho escravo", disse. Sobre aos críticos que afirmam que o Código Penal colocou no sistema jurídico uma norma penal aberta, Sant'Anna afirmou que os conceitos não são subjetivos. "O nosso Código andou bem a aproximar a questão da jornada excessiva e degradante como caracterizadoras do trabalho escravo", finalizou.

O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Sebastião Caixeta, e André Luís Grandizoli, secretário-adjunto da Secretaria de Relações de Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego também falaram aos parlamentares presentes à reunião da CPI. *A*



# no Congresso Nacional

e discutiram a problemática do trabalho escravo. Também na CPI do Trabalho Escravo, na qual o presidente da entidade, defendeu a criação de uma pena penal para a Justiça do Trabalho na matéria. Confira:

## “Há relação entre trabalho escravo e terceirização”

A juíza Luciana Conforti, do Conselho Fiscal e da Comissão de Direitos Humanos da Anamatra e presidente da Amatra 6 (PE), representou a entidade na manhã do dia 15 em audiência na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) da Câmara dos Deputados. O encontro teve como objetivo dar andamento a um ciclo de debates sobre “trabalho decente”, com a realização de audiências públicas sobre o tema “Trabalho escravo: vergonha nacional”. Os trabalhos foram conduzidos pelo presidente da CTASP, deputado Sebastião Bala Rocha (PDT-AP).

Em sua intervenção, a magistrada alertou para o fato de o problema não atingir apenas o meio rural, mas também no urbano. “Há relação entre trabalho escravo e terceirização”, alertou. Nesse aspecto, a juíza ressaltou que a regulamentação da terceirização nos moldes como vem sendo discutida na Câmara representará uma precarização histórica dos direitos dos trabalhadores. “Muitas vezes as empresas que terceirizam os serviços não verificam, não fiscalizam a empresa contratada”, asseverou. Para Luciana Conforti, quando se analisa questões relacionadas ao tra-

balho escravo é necessário ter em mente a preservação da dignidade do trabalhador. “Temos de pensar na função social da propriedade e priorizá-la. A dignidade do trabalhador é que deve nortear as nossas decisões”, disse. Segundo a magistrada, é necessário impor o mesmo rigor a todos aqueles que participam da cadeia produtiva. “O ciclo tem de ser verificado como um todo”.

A magistrada também lembrou que o Estado tem o dever de propiciar que o trabalhador viva de forma digna, sem se submeter a condições degradantes. Nesse sentido, falou da importância da aprovação da PEC 438/2001, que prevê a expropriação de terras onde for constatada a exploração do trabalho escravo. “A PEC se impõem para que aqueles que exploram o trabalho escravo não tenham vantagens pecuniárias. Os empregadores honestos não serão punidos. O Poder Judiciário existe para coibir abusos”, completou.

No final de sua exposição, a magistrada ressaltou que o trabalho escravo é resultado da desigualdade e da impunidade. “Precisamos exterminar essa vergonha nacional”. *A*

*“Temos de pensar na função social da propriedade e priorizá-la. A dignidade do trabalhador é que deve nortear as nossas decisões”*

Luciana Conforti



Foto: Ascom/ANPT



# Ato público pela aprovação da PEC do Trabalho Escravo

A diretora de Cidadania e Direitos Humanos da Anamatra, Sandra Bertelli, representou a entidade em ato público em favor da aprovação da PEC 438/2001. Estiveram presentes ao ato os ministros do Trabalho, Brizola Neto, de Direitos Humanos, Maria do Rosário, e de Igualdade Racial, Luiza Bairros, além do presidente da Câmara dos Deputados, Marco Maia (PT-RS), e os presidentes das comissões de Direitos Humanos e Minorias, Domingos Dutra (PT-MA), e da CPI do Trabalho Escravo, Cláudio Puty (PT-PA). A cerimônia contou ainda com a presença de artistas ligados ao ativismo social, como os atores Letícia Sabatela e Osmar Prado, e diversos movimentos sociais, de trabalhadores e estudantes, como MST e CUT.

“É inconcebível que, no século 21, ainda tenhamos trabalho escravo em algumas regiões do Brasil”, afirmou o presidente da Câmara. A PEC 438/01 está na pauta extraordinária desta terça-feira. “Ainda vai ser necessário um diálogo com os líderes e com os atores políticos para viabilizar a votação”, disse. Durante o ato, Marco Maia recebeu petição popular com cerca de 60 mil assinaturas pela aprovação da PEC. “Espero que hoje seja um dia histórico para o Brasil”, afirmou

a ministra da Secretaria de Direito Humanos da Presidência da República, Maria do Rosário. Segundo ela, a presidente Dilma Rousseff já apontou, em sua mensagem presidencial ao Congresso, a prioridade da aprovação da proposta para o governo. Conforme a ministra, a violação dos direitos humanos envergonha o País e há grande consenso da sociedade civil em torno da proposta.

Para a ministra da Secretaria de Igualdade Racial, Luiza Bairros, há uma contradição profunda na sociedade brasileira. “A escravidão foi abolida, por lei, há 124 anos, e estamos votando agora novamente a abolição do trabalho escravo”, criticou. Ela lembrou ainda que a escravidão já foi declarada crime contra a humanidade há muitos anos. “Esta Casa tem que corrigir essa aberração”, disse.

O ministro do Trabalho e Emprego, Brizola Neto, destacou o compromisso da pasta contra o trabalho escravo. Ele lembrou de que ainda há um bloqueio de setores ruralistas no País à proposta. Segundo ele, a grande resistência vem do fato de a proposta prever a expropriação, sem indenização, de propriedades rurais ou urbanas onde for constatado trabalho escravo. *A*

Foto: Arquivo Anamatra



# 3º ENCONTRO NACIONAL DE magistrados do trabalho aposentados

ATIVOS PARA UMA APOSENTADORIA PLENA



A ANAMATRA e a AMATRA 1 estarão esperando você, de braços abertos, no **3º ENCONTRO NACIONAL DE MAGISTRADOS DO TRABALHO APOSENTADOS**, na cidade maravilhosa do Rio de Janeiro/RJ, no período de 02 a 05 de agosto de 2012.

Vamos encontrar colegas e amigos de todo o país, discutir e debater temas de interesse e nos confraternizar com congressistas, palestrantes e com a diretoria da nossa Associação Nacional, em um ambiente harmonioso e carinhosamente preparado para que todos se sintam bem recebidos.

O Rio de Janeiro está a todo vapor. Cenário de eventos importantes, as atenções estão voltadas para esta cidade de belas paisagens. A alegria do seu povo e a cadência do samba nos espera para quatro dias de intensa programação.

As inscrições poderão ser feitas por meio do site da Anamatra!

**Participe!**

**Sua presença fará a diferença**

**[www.anamatra.org.br](http://www.anamatra.org.br)**

Realização



**ANAMATRA**  
ASSOCIAÇÃO NACIONAL  
DOS MAGISTRADOS DA  
JUSTIÇA DO TRABALHO



**AMATRA**



## Fenajufe visita sede da Anamatra

O presidente da Anamatra, Renato Henry Sant'Anna, recebeu na tarde do dia 9 representantes da Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União (Fenajufe). Também participaram do encontro o vice-presidente, Paulo Schmidt, e o diretor de Assuntos Legislativos, Germano Siqueira.

Pela Fenajufe, estiveram presentes os seguintes diretores: Ramiro Santana Moreno López, Cledo Vieira, Jean Paulo Loiola Lima, Antônio dos Anjos Melquiades, José Carlos de Oliveira e Saulo Arcangeli. *AF*



Foto: Arquivo Anamatra

## Dirigentes prestigiam lançamento do Anuário da Justiça



Foto: Wesley McCallister/Ascom AGU

O presidente da Anamatra, Renato Henry Sant'Anna, o vice-presidente, Paulo Schmidt, e o diretor de Assuntos Legislativos, Germano Siqueira, participaram na noite do dia 9 em Brasília do lançamento do Anuário da Justiça. O evento, que aconteceu no Pátio dos Servidores no Supremo Tribunal Federal (STF), foi prestigiado por mais de 500 pessoas, e reuniu diversas personalidades da comunidade jurídica, entre elas os presidentes do STF, ministro Ayres Britto, do Tribunal Superior do Trabalho, ministro João Oreste Dalazen, do Su-

perior Tribunal de Justiça (STJ), ministro Ari Pagendler, e do Superior Tribunal Militar, Alvaro Luiz Pinto.

O Anuário da Justiça é uma publicação da ConJur Editorial, com o apoio da Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP) e da revista eletrônica Consultor Jurídico ([www.conjur.com.br](http://www.conjur.com.br)). Entre as novidades da 5ª edição está a análise dos índices de constitucionalidade. Levantamento feito pela revista mostra que 83% das leis analisadas pelo Supremo no ano passado foram consideradas inconstitucionais. *AF*

# Anamatra recebe representantes dos trabalhadores em organismos internacionais

Foto: Arquivo Anamatra



O presidente da Anamatra, Renato Henry Sant'Anna, recebeu na manhã do dia 10 na sede da entidade em Brasília representantes da Federação dos Trabalhadores no Comércio e no Setor de Serviços do DF (Fetracom) e do Sindicato Nacional dos Trabalhadores em Embaixadas, Consulados, Organismos Internacionais e Empregados que Laboram para Estado Estrangeiro ou para membros do Corpo Diplomático Estrangeiro no Brasil (Sindnações).

Na ocasião, os sindicalistas levaram ao magistrado a preocupação com os direitos dos trabalhadores de organismos internacionais. Nesse sentido, os representantes das duas entidades informaram ao presidente que a situação atinge cerca de 10 mil pessoas no Distrito Federal.

Participaram do encontro o presidente da Fetracom, Washington Neves, o vice-presidente, Julimar Oliveira, e o presidente do Sindnações, Raimundo Oliveira. *A*

# Frente Associativa discute assuntos de interesse da magistratura e do Ministério Público

Foto: Arquivo Anamatra



O juiz Leonardo Ely, do Conselho Fiscal da Anamatra, participou na tarde do dia 20 da reunião da Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público da União (Frentas). Durante o encontro, que aconteceu na sede da Associação dos Magistrados do Distrito Federal (DF), foram discutidos assuntos de interesse das duas carreiras, a exemplo da política remuneratória, previdência pública e segurança.

Também participaram da reunião os presidentes da Amagis - DF e coordenador da Frentas, Gilmar Soriano, da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo Lima, da Associação Nacional do Ministério Público Militar (ANMPPM), Ailton da Silva, e da Associação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (AMPDFT), Antônio Marcos Dezan. *A*

# Anamatra prestigia posse dos novos dirigentes da ANPT e da Conamp

Diversos diretores da Anamatra participaram no mês de maio das solenidades de posse dos novos dirigentes da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT) e da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp). Os eventos aconteceram

nos dias 15 e 16, respectivamente. O procurador do Trabalho Carlos Eduardo Azevedo Lima assumiu a presidência da ANPT para o biênio 2012/2014. Já na Conamp, César Mattar Jr. foi reemposado no cargo de presidente também por mais dois anos. *A*



Fotos: Arquivo Anamatra

## TRABALHO, JUSTIÇA E CIDADANIA

# Trabalho, Justiça e Cidadania é lançado no Espírito Santo

O Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região lançou, na noite do dia 11, o programa Trabalho Justiça e Cidadania 2012, iniciativa da Anamatra de conscientização dos direitos e deveres básicos do cidadão e de integração do Judiciário com a sociedade. Na Região, o Programa será implementado com a parceria da Amatra 17 (ES).

A expectativa é que iniciativa beneficie 400 alunos das 7ª e 8ª séries do ensino fundamental da Escola Municipal Adelvani Sysesmundo Ferreira de Azevedo, localizada em Jardim Camburi, escolhida pela Secretaria Municipal de Educação de Vitória para receber o Programa.

Cerca de 80 professores compareceram ao lançamento para conhecer as diretrizes do Programa e dar sugestões de temas a serem abordados, de acordo com o perfil e necessidade da comunidade local.

A equipe do TJC - formada pelos juízes Silvana do Egito Balbi, Suzane Schulz Ribeiro, Cássio Ariel Moro e Wellington do Nascimento Andrade, presidente da Amatra 17 (ES) -, pres-

tigiu o evento. A desembargadora aposentada Maria Francisca dos Santos Lacerda também faz parte do grupo, mas não pôde comparecer à ocasião. O juiz Adib Salim, magistrado da Região e membro do Conselho Fiscal da Anamatra, também esteve presente.

O pontapé inicial do TJC 2012 será dado no fim de junho, quando os professores vão participar do curso de formação. "Nossa equipe instrui os docentes a respeito dos assuntos

do programa, que este ano dará foco especial à prevenção dos acidentes de trabalho", informou a juíza Silvana Balbi.

Em 2011, a Escola Municipal Maria José Costa Moraes foi a escolhida para dar início ao TJC em terras capixabas. Na ocasião, 200 alunos participaram da iniciativa. O Tribunal estuda uma proposta de implantação do programa no município de Vila Velha ainda este ano. *A*

\* Com informações e foto Ascom/TRT ES



# Amatra 21 capacita professores com noções de direito



*“Os próprios sindicatos, muitas vezes, não sabem ajudar os trabalhadores. Por isso, realizamos essa capacitação. Queremos repassar os direitos das pessoas, responder perguntas, dar sugestões e levar para dentro das escolas o que é o direito e como ele pode ajudar cada uma delas.”*

Juíza Simone Jalil

A Amatra 21 (RN) realizou no dia 12 o curso de capacitação dos professores que aplicarão o Programa Trabalho, Justiça e Cidadania no Rio Grande do Norte. Na ocasião, sete professores, assessores jurídicos, juizes, procuradores e desembargadores realizaram apresentações que chamaram muito a atenção dos representantes escolares, como por exemplo, a oficina de cálculos trabalhistas.

“Esse é o segundo ano que participo e tive muitos resultados positivos após a capacitação. Com o aprendizado que recebi, repassei as informações para os alunos, que se interessaram acima do esperado. Fizemos uma aula de campo e fomos até o Tribunal de Justiça. Lá fizemos uma mesa redonda com juizes e vários temas foram debatidos. A cidadania, neste caso, foi aplicada, e como resultado tivemos alunos deste grupo aprovados no vestibular”,

conta a professora da Escola Estadual Padre Miguelinho; Dayse Kelly

No Rio Grande do Norte, o TJC é aplicado pela Amatra 21 em parceria com o Ministério Público do Trabalho, Tribunal Regional do Trabalho e Secretaria Estadual de Educação do RN. Para juíza do Trabalho Simone Jalil, coordenadora do Programa na 21ª Re-

gião, a iniciativa pretende fazer com que as pessoas conheçam seus direitos. “Elas precisam saber que podem fazer diversas coisas e que estão previstas pela Lei. Os próprios sindicatos, muitas vezes, não sabem ajudar os trabalhadores. Por isso, realizamos essa capacitação. Queremos repassar os direitos das pessoas, responder perguntas, dar sugestões e levar para dentro das escolas o que é o direito e como ele pode ajudar cada uma delas”, explica.

Este ano, serão beneficiadas com o TJC no Rio Grande do Norte as escolas Atheneu, José Fernandes Machado, Padre Miguelinho, Professor Anísio Teixeira, e Wiston Churchill. Além das seis escolas estaduais, professores de uma escola criada dentro do consórcio OAS (empresa responsável pela construção do Arena das Dunas) também participaram da capacitação. *AJ*

\* Informações e fotos Ascom Amatra 21 (RN)

# Programa Trabalho, Justiça e Cidadania chegará ao Pará

Os primeiros passos para a implantação do Programa Trabalho, Justiça e Cidadania (TJC) no Pará foram dados no dia 24. A data marcou a formalização do convênio entre a Amatra 8 (PA) e o Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região. O documento foi assinado pelo então presidente em exercício do TRT, desembargador Vicente José Malheiros da Fonseca, pelo presidente da Amatra 8, Antonio Coelho dos Santos, e pela coordenadora do TJC na 8ª Região, Zuíla Lima Dutra, que também é diretora de Direitos Humanos da Amatra 8.

Durante o lançamento, Vicente Malheiros da Fonseca ressaltou a relevância do convênio para o Tribunal. Já o presidente da Amatra destacou a importância do TJC para a aproximação da Justiça do Trabalho com a sociedade. A juíza Zuíla Dutra, por sua vez, explicou aos presentes os objetivos do Programa e relatou os resultados que vem sendo alcançados em outros Tribunais, onde o Programa já está em pleno funcionamento.

A Amatra 8 já prevê a formalização de convênio com a Secretaria de Educação do Estado do Pará. *A*



Foto: Arquivo Amatra 8 (PA)

## Canal da TV Anamatra no Youtube exhibe vídeo institucional do Programa Trabalho, Justiça e Cidadania



O novo vídeo institucional do Programa Trabalho Justiça e Cidadania (TJC), da Anamatra, já está disponível no canal da TV Anamatra no Youtube ([www.youtube.com/tvanamatra](http://www.youtube.com/tvanamatra)). Exibido pela primeira vez durante o 16º Conamat, realizado em João Pessoa (PB), o vídeo faz um apanhado das atividades desenvolvidas pelo Programa em todo o Brasil, mostrando todas as fases de sua aplicação.

O vídeo traz também as estatísticas do Programa: até 2011, o TJC beneficiou cerca de 80 mil alunos e sete mil professores em 20 estados e no Distrito Federal. Além disso, obteve reconhecimento internacional da Organização Internacional do Trabalho (OIT) o que possibilitou a publicação de cartilhas em vários idiomas, que são utilizadas pelos professores juntamente com a Cartilha do Trabalhador em Quadrinhos. *A*

acesse: [www.youtube.com/tvanamatra](http://www.youtube.com/tvanamatra)

# TJC é lançado em obra de estádio da Copa do Mundo de 2014

Cerca de mil trabalhadores do Canteiro de Obras Arena Fonte Nova, em Salvador (BA) conheceram no mês de maio o programa Trabalho, Justiça e Cidadania (TJC), iniciativa da Anamatra que na Bahia é executada pela Amatra 5 e parceiros. A ação integra o Programa Trabalho Seguro, do Tribunal Superior do Trabalho (TST), que na 5ª Região conta com a parceria do Tribunal Regional do Trabalho e da Amatra 5 (BA). O Arena Fonte Nova abriga uma das obras dos estádios brasileiros que receberão os jogos da Copa do Mundo de 2014.

“Evitar acidentes de trabalho é uma responsabilidade de trabalhadores e empresários e nenhuma decisão judicial poderá reparar ou reverter à situação da morte de um pai de família”, enfatizou a desembargadora Léa Nunes, gestora regional do Programa Trabalho Seguro na 5ª Região.

Nos encontros, os trabalhadores receberam exemplares da Cartilha do Trabalhador em Quadrinhos, da Anamatra, além de publicação sobre



Foto: Ascom/Amatra 5 (BA)

segurança na indústria da construção, elaborado pelo SESI. “Isso que as juízas alertaram é muito importante, não quero deixar minha mulher e meu filho desamparados. Temos que trabalhar de forma segura”, afirmou o operário José Adailton Ferreira, que trabalha há oito meses na obra.

A aplicação do TJC no Arena Fonte prevê palestras e exibição de vídeos. A culminância do Programa está marcada para o dia 13 de julho, quando será realizado o Ato Público pelo

Trabalho Seguro na Construção Civil, com a presença do presidente do TST, ministro João Oreste Dalazen.

O lançamento do Programa também contou com a presença do diretor de Contratos do Consórcio Arena Fonte Nova, Alexandre Chiavegato, da presidente da Amatra 5, Ana Claudia Scavuzzi, da juíza auxiliar da Presidência, Angélica Ferreira, e das juízas Rosemeire Fernandes e Soraya Gesteira, representantes do Programa Trabalho Justiça e Cidadania (TJC). 

\* Com informações Ascom/Amatra 5 (BA)

# Adolescentes que cumprem medidas socioeducativas em Porto Alegre conhecerão o TJC

Adolescentes que cumprem medidas socioeducativas em Porto Alegre (RS) receberão as noções de ética e cidadania do Programa Trabalho, Justiça e Cidadania, iniciativa da Anamatra que na 4ª Região é executada pela Amatra 4 (RS). Os jovens pertencem à Fundação de Atendimento Socioeducativo do Rio Grande do Sul (Fase).

Com esse objetivo, no dia 11 de maio a diretora administrativa da Amatra 4 (RS), Carolina Hostyn Gralha Beck, a presidente da Fase, Joelza Mesquita, e o secretário da Justiça e dos Direitos Humanos (SJDH) do RS, Fabiano Pereira, reuniram-se para discutir as medidas que serão tomadas para concretizar a iniciativa. Inicialmente o TJC

será instituído em uma das unidades da Fase em Porto Alegre (RS). No futuro, haverá a expansão das atividades às casas do interior do Estado.

Para o secretário Fabiano Pereira, o conhecimento dos direitos é fundamental para a ressocialização. “Essa iniciativa abre portas e gera oportunidades, é um caminho para a cidadania e a inclusão dos nossos jovens”, destacou Fabiano. Já a diretora da Amatra 4 (RS) declarou que o Programa tem o mérito de aproximar o Poder Judiciário da comunidade. “Muitas vezes o juiz tem uma linguagem que não é sequer entendida pelo cidadão. O TJC faz com que as pessoas apropriem-se dos seus direitos e não fiquem distantes da Jus-



Foto: Ascom/Amatra 4 (RS)

tiça”, afirmou a Carolina Beck. Depois da reunião, realizada na sede da Fase, os participantes visitaram a unidade Padre Cacique e o Centro de Convivência da Fundação (Cecon). Atualmente, 940 jovens cumprem medidas socioeducativas nas 24 unidades da Fase em todo o Rio Grande do Sul. 

\* Com informações Ascom/Amatra 4 (RS)

# Presidente da Anamatra participa de ato pelo trabalho seguro na Arena Corinthians

Foto: Ascom/TRT-SP



O presidente da Anamatra, Renato Henry Sant'Anna, participou na manhã do dia 14 no canteiro de obras da Arena Corinthians, no bairro do Itaquera, em São Paulo, de ato público pelo trabalho seguro na construção civil. A iniciativa, do Tribunal Superior do Trabalho (TST), reuniu cerca de 1,4 mil operários que trabalham na obra, além dos presidentes do TST, ministro João Oreste Dalazen, e do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, desembargador Nelson Nazar. Também participou do evento o ex-jogador de futebol Roberto Rivelino.

O evento faz parte da estratégia de divulgação do Programa Nacional de Prevenção de Trabalho, do TST, que tem a Anamatra e as 24 Amatras como entidades parceiras. A previsão é que até o ano que vem sejam promovidos atos em todas as obras de reforma e construção de estádios que receberão os jogos da Copa do

mundo de futebol no Brasil em 2014 e as grandes obras de infraestrutura em curso no país.

Para Renato Sant'Anna, trata-se de mais um importante evento, que alcançou o objetivo de chamar a atenção para o grave problema dos acidentes de trabalho no Brasil. "Somente poderemos falar em responsabilidade social se o nosso país cultivar um modelo de relação de trabalho em que o ser humano seja respeitado em seus direitos, o que inclui a segurança e saúde", ressaltou o magistrado.

Estatísticas. Dados do Ministério da Previdência demonstram a dimensão do problema dos acidentes de trabalho no Brasil, que está entre os quatro países com maior número de ocorrências em todo o mundo. Somente entre os trabalhadores formais, foram registrados no ano passado 701.496 acidentes, sendo 2.712 óbitos. Grande parte dessas ocorrências está na construção civil. *A*

*"Somente poderemos falar em responsabilidade social se o nosso país cultivar um modelo de relação de trabalho em que o ser humano seja respeitado em seus direitos, o que inclui a segurança e saúde"*

Renato Sant'Anna



# PRÊMIO ANAMATRA DE DIREITOS HUMANOS 2012

NO MUNDO DO TRABALHO

Nova categoria "Programa Trabalho,  
Justiça e Cidadania"

Mais de R\$ 40.000,00  
em prêmios

Categoria Imprensa dividida em quatro  
segmentos, premiando também fotografia.

## INSCRIÇÕES ATÉ 31 DE JULHO DE 2012 PARTICIPE!

A Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra) apresenta a 5ª edição do Prêmio Anamatra de Direitos Humanos, com objetivo de valorizar ações concretas de garantia e promoção de direitos humanos nas relações de trabalho.

As categorias são:

**Categoria Cidadã:** pessoas físicas e jurídicas, incluídas entidades não governamentais e outras entidades que desenvolvam projetos e ações concretas relacionadas aos temas abordados no item 2 do regulamento;

**Categoria "Programa Trabalho, Justiça e Cidadania":** alunos, professores e/ou escolas que promovam ações cidadãs e práticas de disseminação dos ideais da Justiça Social, por meio da aplicação

do "Programa Trabalho, Justiça e Cidadania" da Anamatra, observada a temática contemplada no item 2 do regulamento;

**Categoria Imprensa:** pessoas físicas ou jurídicas que tenham veiculado reportagens, série de matérias, fotografias ou campanhas publicitárias relacionadas aos temas do item 2, nas seguintes subcategorias:

- Impresso (jornal, revista e internet);
- Televisão;
- Rádio;
- Fotografia (veiculada em jornal ou revista).

O vencedor de cada categoria ou subcategoria receberá estatueta inspirada no Cilindro de Ciro e premiação em dinheiro no valor líquido de R\$ 8.000,00 (oito mil reais).

Confira como participar, o regulamento completo e a ficha de inscrição no site da Anamatra - [www.anamatra.org.br](http://www.anamatra.org.br)

Realização



# Diretoria discute realização do 3º Encontro Nacional dos Magistrados do Trabalho Aposentados

A diretora de Aposentados da Anamatra, Terezinha Kineipp, fez diversas visitas e audiências preparativas para o 3º Encontro Nacional dos Magistrados do Trabalho Aposentados- Ativos Para Uma Aposentadoria Plena, que este ano será realizado de 2 a 5 de agosto no Rio de Janeiro. A magistrada também realizou reuniões com outros diretores para tratar da organização do evento.

Entre essas tratativas esteve a visita ao Centro de Treinamento da Secretaria de Gestão de Pessoas do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, no dia 9 de maio. Na ocasião, a magistrada falou de um dos temas do evento: "Programa de Preparação para a Aposentadoria - PPA" e conheceu o "Curso de Facilitadores", que desenvolve o PPA na 10ª Região. Na ocasião, a magistrada foi recebida pela secretária de gestão de pessoas, Rosemary Vargas, e pelas professoras Sheila Gardini Murta, da Universidade de Brasília, e Acássia Kuenzer, do Centro de Treinamento.

"O momento ali vivido foi muito gratificante: revii amigos, conheci a proposta do curso e trocamos expe-

riências quanto ao período que antecede a aposentadoria e o posterior, questão que aflige a muitos colegas da ativa", relatou Terezinha Kineipp. A magistrada explicou que o programa que vai ser implantado no TRT da 10ª Região baseia-se em proposta da UnB que funciona há sete anos.

Diversos Tribunais de Justiça, a exemplo do Distrito Federal e do Rio de Janeiro, já implantaram o PPA e vários outros órgãos da Justiça seguem o mesmo caminho. "A mobilização de todos os Tribunais Regionais do Trabalho em torno do assunto é de fundamental importância para a promoção da saúde daqueles juízes que já têm como meta a aposentadoria", ressaltou a magistrada. Para Kineipp, o PPA impedirá que haja um rompimento repentino e despreparado do servidor ou magistrado com o mundo do trabalho, onde suas relações socioafetivas e socioeconômicas mantiveram-se arraigadas durante anos.

Para a magistrada, a inserção do PPA como um dos temas do 3º Encontro Nacional dos Magistrados do Trabalho Aposentado revela a importância conferida pela Anamatra ao tema.

"A orientação e o apoio de pessoas capacitadas para esse fim, aliadas ao compartilhamento de experiências que abrem um novo caminho para aqueles que desejam aposentar-se, darão aos interessados uma nova visão do futuro que os espera, afastando a insegurança, a ansiedade e a noção de inutilidade que a sociedade imprimia ao aposentado".

## Sobre o PPA

O PPA tem previsão na Lei nº 10741/2003 (Estatuto do Idoso), que estabelece que o poder público criará e estimulará programas de - preparação dos trabalhadores para a aposentadoria, com antecedência mínima de 1(um) ano, por meio de estímulo a novos projetos sociais, conforme seus interesses, e de esclarecimento sobre os direitos sociais e de cidadania.

O PPA foi tema de uma das teses aprovadas no 16º Conamat. A proposta, de autoria do juiz Gustavo Chehab da Décima Região, foi aprovada por mais de 90% dos votos dos presentes à Assembleia Geral do evento e tem a preocupação direcionada especificamente à saúde dos magistrados. *AF*



# Anamatra prestigia posse da nova diretoria da Amatra 2



Foto: Ascom Anamatra 2/SP

Diversos dirigentes da Anamatra estiveram no dia 15 de maio em São Paulo para a posse da nova diretoria da Amatra 2, que terá como presidente a juíza Patrícia Almeida Ramos. A solenidade aconteceu no plenário do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região.

“Esta Diretoria toma posse num momento difícil, mas tenho certeza que poderão avançar nos assuntos pendentes. Saibam que a Anamatra estará ao lado dos senhores o tempo todo”, afirmou o presidente da Anamatra, Renato Henry Sant’Anna, ao saudar os novos dirigentes.

Em seu discurso de posse, Patrícia Ramos falou do amor à carreira e da vontade de luta que reuniram os novos dirigentes. “O sonho esparso encontrou companhia e o individual se tornou um grupo, aliás, do mais heterogêneo impossível, porém alegre. Mas qual era esse sonho que encontrou eco no cora-

*“O sonho esparso encontrou companhia e o individual se tornou um grupo, aliás, do mais heterogêneo impossível, porém alegre. Mas qual era esse sonho que encontrou eco no coração de tantas personalidades distintas? O exercício pleno da magistratura em sua dignidade e excelência”*

Juíza Patrícia Almeida Ramos

ção de tantas personalidades distintas? O exercício pleno da magistratura em sua dignidade e excelência”, disse.

Durante a solenidade, a nova presidente entregou ao desembargador Nelson Nazar, presidente do TRT da 2ª Região, requerimento para que a Associação tenha assento e voz nas

sessões administrativas do Tribunal. “Pedimos sensibilidade na análise do requerimento e esperamos de todo o coração o seu deferimento. Dar voz ao associado diretamente afetado com as mais diversas decisões extraídas das sessões do Tribunal Pleno é democratizar o debate.” *A*

\* Com informações Ascom Amatra 2/ISP



Meu plano de saúde  
não cobre o médico  
e o hospital que eu  
prefiro pra me tratar.  
E agora?

Magistrado: não se preocupe. Com a parceria da ANAMATRA com a Qualicorp, os planos de saúde que oferecem os melhores médicos, hospitais e laboratórios do Brasil já estão ao seu alcance.\*

**SulAmérica**  
associação ING

**Condições  
super  
vantajosas**

Ligue e confira:

**0800-777-4004**

Ou acesse: [www.qualicorp.com.br](http://www.qualicorp.com.br)

**ANAMATRA**  
ASSOCIAÇÃO NACIONAL  
DOS MAGISTRADOS DA  
JUSTIÇA DO TRABALHO

**Qualicorp**  
soluções em saúde

SulAmérica:

**ANS nº 000043**

Planos de saúde coletivos por adesão, conforme as regras da ANS. Informações resumidas. Condições contratuais disponíveis para análise. \*A comercialização dos planos respeita a área de abrangência da operadora. A cobertura de hospitais e laboratórios, bem como de honorários profissionais, se dá conforme a disponibilidade da rede médica e as condições contratuais de cada categoria de plano. Abril/2012.

Qualicorp Adm.  
de Benefícios:

**ANS nº 417173**